

BRICOLAR LÉVI-STRAUSS

Serei acusado de reduzir a vida psíquica a um jogo de abstrações, de substituir a alma humana, com suas febres, por uma fórmula asséptica. Não nego as pulsões, as emoções, o fervilhar da afetividade, mas não concedo a essas forças torrenciais uma primazia: elas irrompem num cenário já construído, arquitetado por imposições mentais.

Lévi-Strauss

As restrições que eu poderia apontar no meu trabalho de análise textual realizado na fase estruturalista resultam das transformações sofridas pela própria crítica ao longo desses últimos anos. As limitações referentes à antropologia lévi-straussiana, como pertencente ao pensamento estruturalista, decorrem igualmente da revisão teórica pela qual passa esse saber nos dias atuais. A indagação em torno de categorias e princípios que nortearam grande parte da epistemologia estruturalista é tributária de uma nova postura diante dos discursos da ciência. Essa reflexão proporciona a abertura para se compreender com mais clareza os limites interpretativos, bem como as razões que motivaram a escolha de determinado percurso teórico.

Ao retornar ao Brasil, em 1983, após a conclusão do Doutorado realizado na Universidade de Paris VII, inicio um período de revisão da história da crítica dos últimos anos e dedico-me, em especial, à sistematização dos princípios teóricos que nortearam minha formação. A oportunidade de refletir sobre o pensamento pós-estruturalista nasceu da conjunção entre a experiência vivida no exterior e a retomada de minhas atividades acadêmicas na universidade.

Na mesma ocasião em que montávamos na UFMG o Doutorado em Literatura Comparada, eu despertava para a prática de revisão de teorias críticas do século XX, do lugar de produção

histórica desse saber, bem como da recepção brasileira de modelos estrangeiros.

Por entender, atualmente, que a reflexão sobre a crítica literária e a teoria da literatura se concentra na indagação de ordem histórico-cultural, sinto-me em condições de perceber as lacunas que apresenta o enfoque analítico anterior. A releitura do meu texto estruturalista se processa, por conseguinte, pelo esboço de algumas limitações metodológicas — pelo menos as detectadas por mim — e seu condicionamento de ordem epistemológica. Essa desconstrução teórica está presente numa enorme variedade de textos que enfocam a crítica dos anos 70 no Brasil, e especialmente os de Costa Lima, destacando-se o artigo "Estruturalismo e Crítica Literária".²²

Na abordagem de *A Barca dos Homens*, em decorrência da articulação paradigmática dos pares de oposição e da análise das categorias sintático-semânticas do enunciado, realizei uma sofisticada análise temática do romance, distinta das tradicionais, pelo fato de lidar com categorias funcionais e não substancialistas. Abandonou-se, contudo, o exame da enunciação do texto, entendida na sua constituição discursiva e na articulação entre sujeito e linguagem, diferentemente do conceito de enunciação empregado por Costa Lima, relacionado ao conteúdo latente do texto, suas frestas e interditos.

O método antropológico, empregado na investigação do discurso crítico, ao ser transportado para o texto literário, ignorava suas particularidades enunciativas, pelo fato de se deter na construção de uma estrutura portadora de significação. A diferença apresentada por Costa Lima entre os "discursos de representação" (o mítico, o onírico e o literário) funcionava como meio de demonstrar que o discurso literário distinguia-se dos demais por conter uma particularidade inerente à sua produção, ou seja, por constituir um texto questionador do seu próprio fazer, que reflete sobre sua linguagem, não afirmando o real nem o negando, mas

²² Cf. LIMA. *Estruturalismo e crítica literária*.

colocando-o entre parênteses.²³

Ao realizar a distinção entre a escrita literária, o rito e o mito da viagem presentes em *A Barca dos Homens*, o fator estruturante da diferenciação recaía na resposta fornecida pela escrita literária à ordem social, por não endossar, à feição do mito e do rito, a verdade comunitária. A estrutura do enunciado — reproduzidor de uma ordem simétrica e em equilíbrio — deveria funcionar, na obra literária, de forma irônica, por conter, na sua circularidade, o caráter ideológico do sistema. Essa afirmação da diferença, pelo teor da resposta que a crítica literária fornece à ordem social, é, no mínimo, redutora, por esquecer que a distinção entre a literatura e outros discursos não depende apenas de critérios ideológicos. A avaliação da obra literária, por seu lado, não deve se restringir a parâmetros centrados na ruptura ou no endosso de determinados modelos sociais.

O segundo tópico de reflexão decorre do primeiro e se sustenta pelo fato de ser a análise imanente do texto — privilegiando-se sua produção e, conseqüentemente, conferindo importância mínima à sua recepção — um dos motivos pelos quais se apagava a figura do sujeito e se descontextualizava historicamente a obra. O fechamento do texto no seu universo interno — e na sua autonomia — explica-se pelo relacionamento com outros discursos presentes no interior da estrutura, tais como o mítico, o religioso, o social ou o ideológico. O valor literário, balizado pelo critério de diferença frente a outros discursos, prescindia da recepção histórica para sua legitimação.

A abordagem estruturalista, ao recalcar o sujeito-receptor pela diluição de sua importância no processo cognitivo da obra, esquecia que o crítico, no circuito criado entre a obra e o público, participava igualmente como leitor. Recalcava-se ainda o sujeito enquanto ator da enunciação crítica, obrigado a se posicionar objetivamente no texto: ao expressar sua autoridade na terceira pessoa, garantia a cientificidade e a neutralidade da análise. O resultado

²³ Cf. LIMA. *Estruturalismo e teoria da literatura*. Cf. também SOUZA. Debate em torno do livro *Sociedade e discurso ficcional*, de Luiz Costa Lima.

desse afastamento torna-se paradoxal, uma vez que a legitimação da autoridade depende também da exposição da experiência do sujeito, que não se mostra como mero observador do objeto.

Diante de tal procedimento, torna-se oportuno lembrar que a postura de Lévi-Strauss quanto ao sujeito do conhecimento é claramente apresentada na abertura do *Le Cru et le Cuit*, ao definir seu método como "kantismo sem sujeito transcendental". Coloca entre parênteses o sujeito no processo de construção analítica, além de relegar a segundo plano a questão do destinatário dos mitos, ou seja, *como* são enunciados ou *quem* os profere. Para a antropologia lévi-straussiana interessa, sobretudo, como os mitos se pensam nos homens e não como os homens pensam os mitos, levando-se em conta que a produção de seu sentido se efetua através da rede de relações criada entre eles.²⁴

No Seminário *L'Identité*, organizado por Lévi-Strauss e posteriormente editado, Kristeva avalia a posição do sujeito na lingüística estrutural e na antropologia, apontando aí o recalamento do sujeito da enunciação. Na comunicação apresentada sob o título de "Le Sujet en Procès", demonstra como o estruturalismo deixa vazio o lugar do sujeito, excluindo-o da cena no discurso. Por esse motivo é que essas disciplinas, recalçando o sujeito e ignorando-o na sua dimensão discursiva, não conseguem transpor os limites do enunciado:

Il reste que dans le décalage ouvert entre le signifiant et le signifié qui permet aussi bien la structure que son jeu, un sujet de l'énonciation se dessine que la linguistique structurale laissera en blanc. C'est d'ailleurs d'avoir maintenu vacante sa place, qu'elle n'a pas pu devenir une linguistique de la parole et du discours: il lui a manqué une grammaire,

²⁴ Cf. LÉVI-STRAUSS. *Le cru et le cuit*.

car pour passer du signe à la phrase, il fallait avouer ne plus tenir vacant le lieu du sujet.²⁵

O redimensionamento da subjetividade na prática analítica de textos não significa que a história, o indivíduo e o sujeito estivessem ausentes das pesquisas estruturalistas. Na realidade, esses elementos foram vetados e domesticados pelos próprios sujeitos que construíam esses modelos de leitura. Costa Lima, na "Nota Introdutória" ao *Controle do Imaginário*, aponta as limitações da análise sistêmica, no que diz respeito à posição do sujeito:

Em vez de um sujeito, pura e transparente máquina mental, passei mais modestamente a conceber um sujeito vigilante quanto à sua própria subjetividade, vigilância suficiente apenas para eliminar sua auto-referencialidade, seu magistral narcisismo; incapaz contudo de ultrapassar sua pessoalidade. Neste sentido, a construção analítica é também construção do sujeito analista. Mas construção a partir de um umbigo, que permanece sempre o mesmo.²⁶

O lugar que o receptor passa a ter no pensamento crítico de Costa Lima deve-se ao contato com a estética da recepção e do efeito, que possibilitou a reformulação de pressupostos teóricos do estruturalismo. Sistematizo, no artigo referente à obra de Costa Lima, a sua releitura das limitações do método lévi-straussiano para o estudo do discurso literário:

²⁵ KRISTEVA. *Le sujet en procès*, p.227.

²⁶ LIMA. *Controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*, p.8. A releitura do estruturalismo (lévi-straussiano em particular), detectando os limites da teoria e do método, é efetuada no ensaio de Costa Lima. "Estruturalismo e Crítica Literária", onde o crítico pondera sobre as conseqüências advindas da ausência, na abordagem literária, da figura do receptor e da história. Cf. SOUZA. *A crítica em palimpsesto: reflexões sobre a obra de Luiz Costa Lima*.

O narcisismo do crítico fazia-o esquecer que era na condição de leitor-sujeito que fala de determinado lugar histórico — que construía a interpretação do texto. Se, como afirma LCL, Lévi-Strauss não se interessava pela interpretação do mito pelo falante, uma vez que iria apenas dizer do modelo consciente da sociedade, tal posição refletia o deslocamento do destinatário para segundo plano, restando, somente, a voz autoritária do pesquisador (Cf. "Estruturalismo e crítica literária", p. 246). A recepção do modelo inconsciente do mito ficaria sob a única responsabilidade de um leitor privilegiado, capaz de distinguir a diferença entre as representações sociais. Dessa forma, as manifestações "conscientes" do destinatário se distanciavam da leitura simbólica do objeto, praticada por esse "sujeito mental".²⁷

Com o olhar atento às diferenças e obstáculos do método lévi-straussiano, o crítico conclui que, pela diferença de objeto, a antropologia deixava sem resposta várias questões inerentes à literatura. Para ele, o leitor de ficção distingue-se, ainda, do informante do mito, por razões facilmente detectadas, entre as quais, a diferença de nível social.

O apagamento do sujeito-leitor na produção do objeto literário se reduplica no apagamento especular do sujeito crítico, com a suspensão de subjetividades e da história pessoal do sujeito da investigação. A separação entre sujeito e objeto é responsável pela concepção de um pensamento racional que anula o traço da enunciação e a marca autoral no texto.

Como exemplo da mudança processada no interior da própria antropologia — e, por extensão, nos discursos das ciências humanas — faço referência ao texto de Teresa Caldeira, publicado nos *Novos Estudos Cebrap*, em que se discute a questão do autor

²⁷ SOUZA. A crítica em palimpsesto: reflexões sobre a obra de Luiz Costa Lima, p.62.

na antropologia pós-moderna. A importância, antes conferida ao sujeito-pesquisador, enquanto construtor de modelos, é transferida para o ouvinte, igualmente sujeito da investigação. A passagem do aparato "moderno" da antropologia, no qual somente a voz autoritária do pesquisador se fazia ouvir, para o reconhecimento da pluralidade de vozes no *corpus* analisado, remete para a valorização da dimensão discursiva do texto antropológico. Recupera-se, dessa forma, a crítica de ordem *cultural*, que reúne a abordagem discursiva com o contexto político da cultura observada:

O antropólogo não se encontra mais numa situação privilegiada em relação à produção de conhecimentos sobre o outro. Ele não é mais aquele que reelabora uma experiência para explicitar a realidade de uma cultura com uma abrangência e uma coerência impossível para aqueles que a vivem no cotidiano. O antropólogo não é mais um sujeito cognoscente privilegiado. Perdendo o status de sujeito cognoscente privilegiado, o antropólogo é igualado ao nativo e tem que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas.²⁸

Como se faz notar, a marca autoral no texto analítico funciona como uma das conquistas mais recentes do discurso crítico das ciências humanas, entendendo-se que o sujeito volta à cena no discurso de forma ainda esvaziada e fraturada. A linguagem da crítica literária predominante nos anos 70, época em que o estruturalismo florescia como método e visava à neutralidade e a objetividade de expressão, compartilhava, ao contrário, da idéia de diluição do sujeito no texto, ao preocupar-se com a demonstração do enunciado analítico. No artigo "Querelas da crítica", já referido, examino a transformação do sujeito da enunciação crítica do estruturalismo para os atuais procedimentos discursivos.

²⁸ CALDEIRA. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia, p.142.

Embora a linguagem da crítica universitária cometesse, na época, vícios de hermetismo, considero meu trabalho da fase estruturalista, e em especial a dissertação de mestrado, bem elaborado, conciso e expresso de forma clara e inteligível. Os esquemas e quadros explicativos são o único empecilho para uma leitura mais fluente do texto, embora eu reconheça que a construção de pares de oposição, dispostos em quadros, não visava apenas a ilustrá-los fornecendo, ao contrário, uma sofisticada formalização dos conteúdos. Não resta a menor dúvida de que eles se tornaram inoperantes, por não haver mais razão para se recheiar a análise com ilustrações e malabarismos de raciocínio. Estes, felizmente, permanecem, mas sob diferente disfarce, sem revelar o rosto para o leitor e tramando seus jogos de encenação nos bastidores do texto. Por conseguinte, a escolha de novos objetos de estudo, nos anos subseqüentes ao estruturalismo, e a diferente maneira de proceder ao recorte analítico se refletem na composição do discurso ensaístico, gênero que a crítica contemporânea tem praticado com freqüência.

Essa preocupação deve-se ainda à necessidade de tornar o texto crítico cada vez mais legível, sem que isso signifique a opção pela superficialidade analítica ou por uma "escrita literária", praticada por quem não possui talento para tal. O objetivo principal reside justamente na melhor divulgação da produção acadêmica, contribuindo para que se realize o desejado diálogo entre o discurso universitário e a comunidade.

Como reflexão final sobre as limitações do pensamento estruturalista lévi-straussiano para os estudos da literatura, retomo a questão do universal na antropologia, decorrente também da diluição do sujeito na estrutura. A constatação de existirem números limitados de sistemas e a sujeição do indivíduo a determinadas leis que regem a estrutura social permitem a Lévi-Strauss afirmar, na *Oleira Ciumenta*, a presença de um cenário já construído e arquitetado por imposições mentais.²⁹

A indagação dos pressupostos teóricos do estruturalismo lévi-straussiano e das implicações ligadas ao conceito de universal

²⁹ LÉVI-STRAUSS. *A oleira ciumenta*, p.249.

nasceu do curso ministrado em 1987, no Doutorado em Literatura Comparada da UFMG, no qual esse conceito funcionou como motivo condutor das discussões. Examinando textos de autores nacionais e estrangeiros que problematizam a questão da dependência cultural e de categorias relativas à articulação entre o particular e o universal, o texto de Lévi-Strauss pôde ser estudado com outros olhos e a partir de diferente lugar teórico. Com a releitura de Derrida, Deleuze e do artigo de Costa Lima, "Estruturalismo e Crítica Literária", tornou-se mais transparente, para mim, o pensamento lévi-straussiano.

Uma das mais tocantes descobertas foi constatar que eu havia fechado os olhos para as *implicações culturais* da antropologia, pautadas pela racionalidade e universalização das estruturas. Lévi-Strauss, embora respeitasse as diferenças contextuais verificadas em cada mito — e tenha sido o grande desconstrutor da visão etnocêntrica de cultura — reduziu essa diferença à idéia de estrutura imutável, comum a todos os povos. Em artigo sobre o conceito de universal em antropologia, discuto a questão da racionalidade vinculada à igualdade cultural, que, segundo Costa Lima, se explica pela teoria do inconsciente em Lévi-Strauss. Ao se apropriar dos preceitos da lingüística estrutural, que postula a *generalidade do inconsciente* como infra-estrutura lógica, o antropólogo também reduz o inconsciente a uma articulação binária, o que resulta na universalidade da estrutura e no abandono das diferenças discursivas e contextuais.³⁰ Para os estudos da literatura, em especial da literatura comparada, essa posição revela-se extremamente nociva, por abafar particularidades culturais, em favor da indistinção e do universalismo criados pelo aparato racional.

Não há lugar, portanto, para o artefato controlador do pensamento universal, quando o interesse analítico se volta para a problematização de questões culturais, pela marca diferenciada imposta por determinada manifestação artística. Impossível conceber a noção de estrutura que anula as diferenças culturais em favor de uma imagem única e sem fraturas. Paradoxalmente, o

³⁰ Cf. LIMA. *Teoria da literatura em suas fontes*.

resultado a que chegou a antropologia lévi-straussiana foi justamente a separação entre culturas, pois, ao colocar o sujeito entre parênteses no processo de conhecimento, o observador distanciava-se demais da cultura estudada, não mantendo com ela um diálogo e uma relação intersubjetiva. Predominava o monólogo, instaurado pela "onisciência" do discurso científico.

Revela-se equivocada, ainda, a tentativa de conciliar, no meu trabalho dessa época, a noção de *estrutura* lévi-straussiana com o conceito de *sentido* em Deleuze, levando-se em conta que, neste último, predomina a idéia de paradoxo como articulação da diferença e, no primeiro, a diluição da diferença, pela defesa da universalidade da estrutura. O que permanece conciliável é a maneira pela qual são articuladas as relações e os elementos na estrutura, o jogo ambivalente de presença e ausência, e o vazio atuando como mola mestra da construção do sentido. Em ambos privilegia-se a prática *desconstrutora*, pela releitura do etnocentrismo — a introdução da alteridade e da diferença no interior do pensamento ocidental — e pela conceituação do sentido como produto do movimento paradoxal entre a série significante e a série significada. Distinta, contudo, é a resposta que cada um fornece para a compreensão do fato cultural: em Deleuze, a defesa das particularidades, da superfície e do paradoxo; em Lévi-Strauss, o apagamento das diferenças contextuais, ao privilegiar a universalidade dos esquemas mentais.

Rearticulando conceitos retirados da psicanálise e da filosofia pós-estruturalista, tais como os de fetiche, desejo, fantasma e simulacro, problematizo, no estudo citado, a questão do universal como criação ilusória dos discursos racionalistas. Essa posição é reafirmada e ampliada em outro texto de minha autoria, "Sujeito e Identidade Cultural", publicado em 1991, na *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Ao discorrer sobre as transformações, nas Ciências Humanas, do pensamento crítico dos anos 60, relativas à questão do sujeito, e à problematização, na literatura brasileira, do conceito de identidade cultural, construo o raciocínio a partir da diluição pós-estruturalista do conceito de universal, revertendo na historicização do *particular* e na *diferença* entre culturas.